

Artigo

O PLANO COLÔMBIA E A PACIFICAÇÃO DOS CORPOS-TERRITÓRIOS DAS MULHERES EM *PUTUMAYO* E *NARIÑO*¹

Helena Salim de Castro²
DOI: 10.29327/2336496.8.2-16

Resumo: O Plano Colômbia foi uma política acordada entre a Colômbia e os Estados Unidos para garantir financiamento e apoio operacional no enfrentamento ao narcotráfico e garantir o fortalecimento do Estado colombiano. No entanto, a militarização das ações e o recrudescimento da fumigação dos plantios de folha de coca contribuíram para um aumento da violência e dos confrontos no país. Nesse contexto, as mulheres, particularmente as cocaleiras, camponesas e afro-colombianas, foram alvos de violações por diferentes atores. O objetivo no artigo foi analisar a violência generificada contra as mulheres nos departamentos de Putumayo e Nariño durante a condução do Plano Colômbia. A partir de uma lente de gênero e Decolonial, e por meio do conceito de pacificação, foram investigados os interesses e as ações de implementação do Plano, bem como as denúncias de violência contra as mulheres. Constatou-se que as práticas de violência generificadas foram instrumentais para a pacificação dos corpos-territórios naqueles departamentos, ao gerarem um cenário de medo e terror que contribuiu para os deslocamentos forçados e o controle dos territórios por atores e grupos transnacionais. Nesse sentido, tais práticas podem ser entendidas como instrumentos de garantia de uma ordem (neo)liberal, colonial e patriarcal.

Palavras-chave: Plano Colômbia; Violência generificada; Pacificação; Putumayo; Nariño.

EL PLAN COLOMBIA Y LA PACIFICACIÓN DE LOS CUERPOS-TERRITORIOS DE LAS MUJERES EN *PUTUMAYO* Y *NARIÑO*

Resumen: El Plan Colombia fue una política acordada entre Colombia y Estados Unidos para garantizar financiamiento y apoyo operativo en la lucha contra el narcotráfico y asegurar el fortalecimiento del Estado colombiano. Sin embargo, la militarización de las acciones y el recrudescimiento de la fumigación de los cultivos de hoja de coca contribuyeron al aumento de la violencia y los enfrentamientos en el país. En este contexto, las mujeres, especialmente las cultivadoras de coca, camponesas y afrocolombianas fueron víctimas de violaciones por diferentes actores. El objetivo del artículo fue analizar la violencia de género contra las mujeres en los departamentos de Putumayo y Nariño durante la implementación del Plan Colombia. A través de una perspectiva de género y decolonial, y utilizando el concepto de pacificación, se investigaron los intereses y acciones de implementación del Plan, así como las denuncias de violencia contra las mujeres. Se encontró que las prácticas de violencia de género fueron instrumentales para la pacificación de los cuerpos-territorios en esos departamentos, al generar un escenario de miedo y terror que contribuyó a los desplazamientos forzados y al control de los territorios por actores y grupos transnacionales. En este sentido, dichas prácticas pueden entenderse como instrumentos para garantizar un orden (neo)liberal, colonial y patriarcal.

Palabras claves: Plan Colombia; Violencia generificada; Pacificación; Putumayo; Nariño.

¹ Este artigo é parte do resultado do trabalho de Doutorado. A Tese, defendida em março de 2022, está disponível no [Repositório Institucional Unesp](https://repositorio.unesp.br/search?query=Helena%20Salim%20de%20Castro): <https://repositorio.unesp.br/search?query=Helena%20Salim%20de%20Castro>.

² Doutora e mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp/Unicamp/Puc-Sp). Pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3059-2150>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7315847328245236>.

THE PLAN COLOMBIA AND THE PACIFICATION OF THE BODIES-TERRITORIES OF WOMEN IN *PUTUMAYO* AND *NARIÑO*

Abstract: The Plan Colombia was a policy agreed upon between Colombia and the United States to secure financing and operational support in combating drug trafficking and ensuring the strengthening of the Colombian State. However, the militarization of actions and the escalation of fumigation of coca leaf plantations contributed to an increase in violence and conflicts in the country. In this context, women, particularly coca growers, peasants, and Afro-Colombian women, were targets of violations by different actors. The aim of the article was to analyze the gendered violence against women in the departments of Putumayo and Nariño during the implementation of the Plan Colombia. Through a gender and Decolonial lens, and by means of the concept of pacification, the interests and actions of implementing the Plan were investigated, as well as reports of violence against women. It was found that gendered violence practices were instrumental in pacifying the body-territories in those departments, by generating a scenario of fear and terror that contributed to forced displacements and the control of territories by transnational actors and groups. In this sense, such practices can be understood as instruments to guarantee a (neo)liberal, colonial, and patriarchal order.

Keywords: Plan Colombia; Gendered violence; Pacification; Putumayo; Nariño.

Introdução

A história da Colômbia é marcada por conflitos que envolvem disputas territoriais, seja entre atores estatais e legais, seja entre esses e os grupos insurgentes e paramilitares. As disputas atingem e moldam a vida de considerável parcela da população, como é o caso das mulheres. Os conflitos no território datam desde a consolidação do Estado colombiano³ e ganham novos contornos em períodos específicos da história do país, em que novos atores, domésticos e internacionais, e novas dinâmicas e atividades, como o narcotráfico, estão inseridos.

O objetivo no artigo é analisar a violência generificada⁴ contra as mulheres – principalmente as campesinas e afrocolombianas –, nos departamentos de Putumayo e Nariño, no marco da condução do Plano Colômbia. A partir de uma análise de gênero e Decolonial, argumento que as práticas de violência e violações de direitos contra as mulheres, que ocorreram ao longo da primeira década dos anos 2000, foram instrumentais para a pacificação

³ Entre o final do século XIX e o ano de 1930, dois partidos políticos revezavam-se no comando da Colômbia: o Partido Nacional (1888-1900) e o Partido Conservador (1900-1930), o que deixava parcela da sociedade à margem dos debates e da participação política. A hegemonia conservadora foi rompida em 1930 com a eleição de um liberal à presidência. Essa mudança foi acompanhada do aumento da violência e dos conflitos rurais, envolvendo operários e campesinos contrários aos desmandos de empresas estrangeiras que atuavam no país. Em meados dos anos 1940, com o escalonamento dos confrontos no país, iniciou-se o período que ficou conhecido como a Grande Violência (1948-1958) (Saldanha, 2015)

⁴ O termo “violência generificada”, trabalhado no artigo, vem das reflexões propostas por Laura Shepherd (2008) para analisar os processos de violência na política internacional. A autora argumenta a favor do uso do conceito de “reprodução violenta de gênero”, uma vez que não haveria um entendimento fixo sobre o gênero. Ele é reproduzido por diversos meios, inclusive violentos.

dos corpos-territórios e, com isso, a garantia de manutenção de uma ordem (neo)liberal⁵, colonial e patriarcal.

Uma análise de gênero sobre o cenário de conflito e disputas naqueles territórios permite refletir sobre como os entendimentos de masculinidades e feminilidades permeiam as performances dos diferentes atores. Um olhar Decolonial, por sua vez, questiona como o controle e a violência sobre os corpos de algumas mulheres são práticas que têm origens coloniais e permitem a reprodução de diversas relações hierárquicas. As hierarquias de poder estão presentes desde o nível local (na relação entre os sujeitos que habitam os territórios) até o nível internacional (na relação entre os Estados na economia política global).

O artigo está dividido em três seções para além desta breve introdução e das considerações finais. Na primeira seção apresento as principais definições teórico-conceituais trabalhadas no artigo. Em seguida, exploro o processo de expansão da política de “guerra às drogas” na Colômbia, com ênfase na elaboração e nos objetivos do Plano Colômbia. Na terceira seção analiso a condução desse Plano em dois departamentos colombianos: *Putumayo* e *Nariño*, destacando as práticas de violência generificada presentes nesses cenários. Tais práticas, como abordado ao longo do artigo, podem ser entendidas como práticas de pacificação de corpos e territórios – ou melhor: de corpos-territórios – que atendiam a um propósito de manutenção de uma ordem (neo)liberal-colonial-patriarcal.

1. Definições Teórico-conceituais

Antes de analisar a condução do Plano Colômbia, é importante explicar alguns dos conceitos e das abordagens que nortearam o artigo. O primeiro deles é o conceito de pacificação. Neocleous (2011; 2014) faz um resgate histórico do aparecimento do termo de pacificação, a partir de uma perspectiva neomarxista, a fim de tensionar como ele é usado para legitimar determinadas práticas de segurança. O autor considera que é preciso entender a segurança não como um tipo de valor universal ou transcendental, mas como um modo de governança ou tecnologia política da ordem liberal. É para esse entendimento que entra a categoria de pacificação: um processo, conduzido principalmente por atores estatais, a fim de “assegurar a insegurança” da acumulação capitalista (Neocleous, 2011).

Nesse processo de pacificação, o poder de guerra conecta-se com o poder de polícia com o objetivo de fabricar uma determinada ordem social (a ordem burguesa capitalista) e

⁵ Optei por grifar “(neo)liberal” ao invés de “neoliberal”, pois compreendo que esse projeto de governança está presente em todas as fases do capitalismo. No entanto, considerando o período em que a análise se concentra, de um capitalismo neoliberal, busquei dar ênfase ao termo.

constitui os sujeitos a ela pertencentes. A partir disso que Neocleous (2011) vai considerar a “guerra às drogas” como uma política de pacificação, em que há o uso do poder estatal para a fabricação e a manutenção da ordem liberal. Nas palavras do autor, os conflitos conduzidos em nome da política antidrogas “envolvem esmagar os movimentos opositores políticos, disciplinar sujeitos e justificar novas formas públicas de guerra e novas tecnologias pelas quais essa guerra será conduzida”. (Neocleous, 2011, p. 202).

O exercício da violência (contra as populações originárias e demais sujeitos desviantes), em conjunto com poderes de disciplina e regulação (sobre os comportamentos e práticas distintos do modelo ocidental eurocêntrico), foi essencial nos momentos de acumulação original do capital, em que era necessário “assegurar a insegurança” da ordem burguesa. Esses mecanismos continuam sendo aplicados para manter e/ou ressignificar o capital nos momentos atuais, em que emergem outros desafios à ordem liberal (Neocleous, 2011).

Nesse sentido, a “guerra às drogas” na América Latina pode ser analisada como um mecanismo para administrar e obscurecer a crise do neoliberalismo e do capitalismo global na região (Paley, 2014; 2020). Como elaborado por Paley (2020), a “guerra às drogas” trata-se de uma Guerra Neoliberal,

que por meio de uma série de discursos confusos e despolitizados, efetivamente assegura as condições para a proliferação do capital em sua forma atual. A guerra neoliberal está ocorrendo em um momento formalmente democrático, diferente das juntas militares de antigamente; [...]. Talvez a chave mais importante da guerra neoliberal seja o gasto militar e policial, que continua a subir: a violência estatal se encontra na raiz das demais violências implementadas (Paley, 2020, p. 14-15, tradução própria).

Como uma política neoliberal, a condução da “guerra às drogas” está relacionada menos com um propósito de proibição do consumo e do tráfico de psicoativos e mais com a intenção de garantir a expansão territorial e social do capitalismo sobre territórios e espaços sociais previamente inacessíveis. No entanto, para além de uma “guerra neoliberal”, essa política na América Latina pode ser entendida como uma guerra da colonialidade/modernidade⁶.

⁶ O termo “colonialidade” aparece, pela primeira vez, no trabalho de Aníbal Quijano, em 1989. O sociólogo peruano desenvolveu o conceito de “colonialidade do poder” para evidenciar como as relações de colonialidade, nas esferas econômica e política, mantiveram-se mesmo após findado o colonialismo. Aquele termo depois foi trabalhado por outros teóricos do chamado Grupo Modernidade – Colonialidade, os quais questionam as estruturas e instituições, impostas pelo colonizador, que permitem a contínua dominação e opressão dos povos latino-americanos.

A condução da “guerra às drogas” contribui para a perpetuação da divisão do sistema político-econômico internacional entre centro e periferia, bem como na produção de divisões entre grupos sociais e econômicos dentro das fronteiras estatais. Como colocado por Curiel (2016), a colonialidade global é sustentada graças às instituições multilaterais capitalistas (como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) e às organizações militares e agências promotoras de uma cooperação internacional do Norte. Desse modo, as convenções antidrogas e os acordos econômicos internacionais que atravessam os planos de enfrentamento ao narcotráfico também permitem sustentar essa colonialidade.

O modelo da “guerra às drogas” também promove a criminalização e o encarceramento em massa das populações racializadas e generificadas, o que funciona como um mecanismo de controle social (Paley, 2014). Além disso, baseia-se na propagação de uma situação de terror e pânico sobre as populações em cidades e áreas rurais. É nesse contexto que a violência generificada contra os corpos-territórios das mulheres pode ser analisada como uma prática sistemática dos atores armados, legais e ilegais, de promover o terror na sociedade e demarcar o controle sobre o território.

Aqui nos deparamos com um outro conceito, o de corpo-território, que foi desenvolvido por mulheres indígenas centro-americanas e lança luz aos significados da violência sexual e outras violações dirigidas aos corpos das mulheres – bem como de outros atores feminizados, como crianças e homens que fogem do padrão heteronormativo. Para compreender os significados das violações perpetradas contra elas é preciso romper com o pensamento moderno-ocidental sobre o corpo e o território como espaços distintos. Segundo Cruz Hernández (2016, p. 42, tradução própria), a ideia de corpo-território permite “olhar os corpos como territórios vivos e históricos”, bem como “aos territórios como corpos sociais que estão integrados a uma rede da vida”.

O corpo e o território não são espacialidades distintas e nem se referem apenas a locais ou sujeitos individuais, mas, sim, compõem e sustentam a vida coletiva das comunidades, sendo entendidos como um só. Nesse sentido, os corpos-territórios também se levantam e resistem frente às violações e violências perpetradas por diferentes atores. Tal resistência se expressa na individualidade da luta e do desacato promovidos por cada corpo e se expande e tece alianças diante da necessidade das mulheres se organizarem coletivamente na defesa dos territórios. Para Verónica Gago (2020), o corpo como uma imagem-conceito surge a partir das lutas, uma vez que:

[o] corpo-território supõe a hipótese de que as mulheres e as corporalidades dissidentes que nutrem e se nutrem nessas lutas produzem e situam o corpo como território extenso: ou seja, não como confinamento da individualidade, limitado às margens do corpo próprio entendido como “propriedade” respaldada por direitos individuais, mas como matéria ampliada, superfície externa de afetos, trajetórias, recursos e memórias (Gago, 2020, p. 109).

Assim, entender os significados da violação e das práticas de domínio sobre os corpos-territórios das mulheres, bem como as possibilidades e estratégias de resistência, demanda uma reflexão sobre os simbolismos de gênero presentes nas sociedades patriarcais. Nos ambientes de guerra e conflitos armados, o poder, as armas, a agressividade e a força são elementos entendidos como necessários para manter uma masculinidade hegemônica e militarizada. Tal masculinidade deve ser atestada diante das outras masculinidades subalternas e de feminilidades consideradas inferiores dentro de uma estrutura patriarcal.

A economia política (liberal e colonial) do conflito e o patriarcado são estruturas complementares que explicam a perversidade das violências perpetradas durante os conflitos (Meger, 2016). Tais práticas não são eventos isolados, mas estão vinculadas com “construções de gênero e hierarquias de gênero dentro de uma sociedade.” (Meger, 2016, p. 154, tradução própria). Essas construções e hierarquias sustentam-se sob uma estrutura colonial, onde se justifica (ou se invisibiliza) a violação e o domínio sobre os corpos de algumas mulheres (indígenas, afrodescendentes, camponesas, cocaleiras etc.).

Há, portanto, uma política (neo)liberal, colonial e patriarcal. As violências contra as mulheres na América Latina, como aquelas perpetradas com a “guerra às drogas”, são marcadas por um histórico de colonização e de exploração dos territórios e dos corpos indígenas e afrodescendentes. As várias opressões atravessam “historicamente nossa região desde o colonialismo até a colonialidade contemporânea e como têm se expressado em certos sujeitos que não tiveram privilégios de raça, classe, sexo e sexualidade, como são as mulheres negras, indígenas e camponesas” (Curiel, 2016, p. 80, tradução própria). Esse cenário torna-se mais evidente em determinados períodos, como foi no caso da condução do Plano Colômbia.

2. O contexto e os objetivos do Plano Colômbia

A década de 1990 na Colômbia foi marcada pela expansão da ordem neoliberal, com a privatização do setor de extração de petróleo e a intensificação da “guerra às drogas” patrocinada pelos Estados Unidos. Dois grandes movimentos marcaram esse momento no país: a) o aumento do investimento direto estrangeiro (provindo das grandes multinacionais e dos acordos com instituições financeiras); e b) o aumento das medidas de proteção e

segurança das atividades extrativistas (Dunning; Wirpsa, 2004). Como reflete Scott (2003, p. 72, tradução própria), “[u]ma explicação mais sincera do esforço militar dos Estados Unidos na Colômbia seriam as empresas petroleiras estadunidenses e seus oleodutos...”. As políticas de combate ao narcotráfico e aos grupos insurgentes se inscreveram nestas estratégias de proteção das atividades estrangeiras em território colombiano.

A inclusão da Colômbia na política “guerra às drogas”⁷ estadunidense contribuiu para transformar a dinâmica de interação dos diferentes grupos armados do país (forças de segurança, guerrilhas e paramilitares) e na relação entre eles e a atividade do narcotráfico. Um importante movimento em direção ao recrudescimento daquela política ocorreu durante a administração do presidente colombiano Ernesto Samper (1994-1998), o qual autorizou a fumigação aérea de herbicidas nos cultivos de folha de coca. O esforço massivo na estratégia de erradicação fez com que de “3.741 hectares erradicados em 1994, [houvesse um] aumento para 23.402 no ano seguinte” (Villa; Ostos, 2005, p. 4).

A erradicação forçada dos cultivos foi acompanhada de manifestações populares. No mês de novembro de 1994 uma greve iniciada em *Puerto Asís (Putumayo)* espalhou-se para outros municípios na região andino-amazônica, envolvendo mais de cinco mil camponeses. Para além do fim das fumigações, a população demandava a adoção de políticas para atender as necessidades básicas da região (como a pavimentação de estradas e a instalação de rede elétrica). O envolvimento dos camponeses com o cultivo da folha de coca era consequência da ausência de outras oportunidades de trabalho e renda. A demanda das manifestações não era pela legalização do cultivo da planta, mas pelo fim da erradicação forçada e pela responsabilização do Estado perante a situação de precariedade⁸ (Tate, 2015).

Alguns anos depois, em 1997, uma outra ação do governo geraria mais instabilidade social. O Congresso aprovou uma reforma constitucional que permitiu o restabelecimento do acordo de extradição. Sob o âmbito desse acordo, os cidadãos colombianos acusados de envolvimento com o tráfico de drogas poderiam ser julgados nos Estados Unidos. O foco em

⁷ Para acompanhar os parâmetros e as diretrizes da governança global da política de drogas, o governo colombiano implementou uma nova lei em 1986: o Estatuto Nacional de Estupefacientes (Ley 30). Com isso, determinou-se a proibição da produção, fabricação, comércio e posse de estupefacientes que não fossem para fins médicos e científicos. A lei também delimitou as penas de cárcere aplicáveis para os envolvidos com o cultivo de plantas passíveis de produzir qualquer droga acarretadora de dependência, além de definir os procedimentos de destruição das plantações (Colômbia, 1986).

⁸ A greve terminou em janeiro de 1995, quando o governo concordou em desenvolver ações de substituição das plantações de coca que contassem com a participação e a organização comunitária. No ano seguinte, um grupo de camponeses em *Putumayo* manifestou-se contra às ações das multinacionais petroleiras e a manutenção da política de erradicação forçada dos cultivos (Tate, 2015).

ações repressivas e o uso da violência no âmbito doméstico fizeram com que o presidente perdesse legitimidade interna, intensificando os confrontos com e entre os grupos armados: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) e recém-criada *Autodefensas Unidas de Colombia*⁹ (AUC) (Tickner, 2000; Villa; Ostos, 2005).

Nesse contexto de instabilidade, Andrés Pastrana Aranga foi eleito presidente. O objetivo da administração de Pastrana (1998-2002) era resolver o conflito interno de forma pacífica e com o auxílio da comunidade internacional. Para esse propósito, o presidente buscou o restabelecimento das relações com os Estados Unidos e solicitou recursos econômicos para enfrentar os problemas internos. A internacionalização do conflito armado foi, como analisa Tickner (2007), um movimento estimulado pelo governo colombiano, principalmente no que concerne à admissão da ingerência estadunidense no planejamento e execução do Plano Colômbia.

Denominado de “*Plan for Peace, Prosperity, and the Strengthening of the State*”, o Plano foi pensado inicialmente pelo presidente Pastrana como um pacote econômico para auxiliar na resolução do conflito armado interno por meio de políticas sociais e o diálogo com os grupos guerrilheiros¹⁰ (Centro de Estudios Sociales y Opinión Pública, 2007, p. 3, tradução própria). No entanto, a concepção estadunidense do que seria o Plano era outra. Aqueles, no governo e no congresso dos Estados Unidos, “que apoiavam o Plano Colômbia entendiam o aumento da ajuda militar como uma maneira de apoiar a paz. Em consequência [...] enfatizaram o escalonamento do conflito como um caminho para chegar a sua eventual finalização.” (Tate, 2015, p. 117, tradução própria).

O texto original do Plano foi redigido em inglês ao longo do ano de 1998 com o apoio da Força de Tarefa Interagencial¹¹, unidade criada pelos Estados Unidos para desenhar o documento. De acordo com autoridades e políticos colombianos, a escolha do idioma teria sido uma estratégia para obter o apoio estadunidense e agilizar o processo de negociação (Tate, 2015). Esse e outros elementos do pacote assinado oficialmente no ano 2000 indicam a

⁹ A AUC não é um grupo paramilitar específico, mas “uma cúpula que coordena os esforços de organizações independentes” e que permitiu que “os paramilitares acordem estratégias nacionais e aumentem o número e o alcance de suas operações” (Restrepo, 2005, p. 212-213, tradução nossa).

¹⁰ Em julho de 1998 o presidente Pastrana reuniu-se com o líder das FARC-EP, Manuel Marulanda Vélez, para negociar um acordo de paz. Na ocasião, foi cedida à guerrilha “uma zona desmilitarizada de 42.000 km² na região da selva colombiana” (Santos, 2006, p. 65).

¹¹ Essa Força Tarefa era composta pelas agências de Assuntos Internacionais de Narcóticos e Aplicação da Lei e da Área do Hemisfério Ocidental, ambas do Departamento de Estado, pela Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), o Departamento de Justiça, o Departamento de Defesa e a Agência Central de Inteligência (Tate, 2015).

presença direta de interesses e diretrizes de atores (elites) nacionais e estadunidenses na condução do que seria o maior plano de combate ao narcotráfico e à insurgência guerrilheira na América do Sul.

Para além da negociação entre governos, a elaboração do Plano Colômbia contou com a influência de atores e setores privados. Como argumenta Saldanha (2015, p. 22), o acordo garantiria “o apoio político, econômico e militar dos EUA à liberalização e ao crescimento do setor petrolífero” na Colômbia. Desde meados dos anos 1990 algumas multinacionais petrolíferas, organizadas por meio do consórcio *US Colombia Business Partnership*, realizaram uma campanha de lobby no Congresso estadunidense¹². As empresas demandavam maior assistência militar do governo em território andino, sobretudo para enfrentar as guerrilhas (Richani, 2005; Scott, 2003; Villa; Ostos, 2005).

Outros setores que exerceram um forte lobby para a aprovação do Plano Colômbia foram os militares do Comando Sul, que se dedicaram ativamente para conseguir recursos financeiros e expandir suas relações com seus pares (Tate, 2015), e o setor de empresas militares privadas (Villa; Ostos, 2005). No início dos anos 2000, 17 empresas militares privadas estadunidenses atuavam na Colômbia. Elas realizavam tanto operações antidrogas como ações de contra insurgência. Parte dos recursos financeiros do Plano foi utilizada para a compra de materiais bélicos dessas empresas, como a *Bell Textron* e *United Technologies* (Santos, 2006).

Da parte colombiana, o governo central se dispôs a assinar acordos de livre comércio para conseguir o apoio e o investimento da comunidade internacional. Essa estratégia era essencial, uma vez que o montante de 4 bilhões de dólares para execução do Plano, de responsabilidade da Colômbia, seria obtido por meio de financiamentos externos (80% do valor) e de ajustes fiscais controlados pelo FMI (20% do valor) (Santos, 2006). Desse modo, o governo deveria estabelecer medidas de austeridade fiscal que ajudariam a recuperar a credibilidade internacional, como a privatização de empresas e bancos estatais (CENTRO DE ESTUDIOS SOCIALES Y OPINIÓN PÚBLICA, 2007).

Previsto para durar até dezembro de 2005, o acordo final do Plano Colômbia consistiu em um pacote de US\$7,5 bilhões a ser dividido em três principais componentes: 1)

¹² De acordo com Richani (2005, p. 131, tradução própria): “[a]s grandes corporações multinacionais de petróleo gastaram por volta de US\$ 25 milhões em *lobby* no Congresso entre 1995 e 2000 para garantir seus interesses na Colômbia”. Em troca, o governo colombiano prometeu maiores concessões para as empresas de extração petrolífera, aumentando a importância dessa atividade para a economia do país. Em 2000, 41,5% das exportações foram de petróleo e carvão, sendo os Estados Unidos o principal destino do petróleo exportado (Saldanha, 2015).

“aproximação do Estado colombiano com as populações afetadas pela violência por meio de investimentos sociais e a substituição de plantios de coca” – com recursos no montante de 4 bilhões de dólares; 2) “assistência técnica, militar e financeira dos EUA” , no valor de 1,3 bilhão de dólares, “para o combate ao narcotráfico em toda região andina”; e 3) “contribuição europeia para a paz” (Villa; Ostos 2005, p. 9-10). Além disso, foram anexados alguns projetos e programas complementares ao documento principal. Um deles é o *Programa de Mejoramiento del Sistema Penitenciario Colombiano*.

Apresentado como o Apêndice 11 do Plano Colômbia, o Programa foi assinado em julho de 2001 pela embaixadora dos Estados Unidos em Bogotá e o ministro de Justiça e Direito do país andino e tinha como objetivo promover a formação militar dos funcionários dos presídios e prover recursos para a construção e melhoria de instalações prisionais no país (Colombia, 2001). No marco desse Programa, o Instituto Nacional Penitenciário e Carcerário (INPEC) construiu, com o apoio do Escritório de Prisões dos Estados Unidos, novos centros de reclusão, principalmente nas áreas rurais, “com unidades de isolamento ‘*supermax*’ e a normalização do uso da força para reprimir as pessoas privadas de liberdade” (Prison Insider, 2017, tradução própria).

O intuito do Programa era desenvolver uma Nova Cultura Carcerária, baseada em um modelo importado dos Estados Unidos e fundamentada na militarização do sistema carcerário colombiano (Prison Insider, 2017). Os novos centros de reclusão receberiam os guerrilheiros capturados e muitos indivíduos presos por delitos de drogas (inclusive cultivadores de folha de coca). Desse modo, garantir-se-ia o domínio não só do território físico, por meio das operações antidrogas, mas dos corpos e comportamentos desviantes.

De modo geral, a maioria dos recursos reportados no âmbito do Plano Colômbia foi canalizada para as operações de erradicação dos plantios de folha de coca e para o enfrentamento dos grupos narcotraficantes e insurgentes. A militarização do território intensificou as disputas entre os grupos armados e aumentou a violência contra a população civil. Nesse cenário, a violência contra os corpos das mulheres foi instrumental para o projeto político e econômico em jogo, como pode ser observado nos departamentos de *Putumayo* e *Nariño*.

3. O Plano Colômbia em *Putumayo* e *Nariño* e a violência generificada

Apesar de ser apresentada como uma política de alcance nacional, as ações de militarização do combate às drogas e à insurgência no marco do Plano Colômbia foram mais intensas em algumas regiões do país, como nos departamentos de *Putumayo* e *Nariño*. O foco nessas regiões se justificava pela forte presença da guerrilha das FARC-EP que controlava grandes áreas de cultivo de folha de coca e, como foi constatado posteriormente, pelo interesse do governo de retomar a exploração petrolífera (Ramirez, 2012; Centro Nacional de Memoria Histórica, 2015; Cuadros, 2015).

A história do departamento de *Putumayo* é marcada, por um lado, pela presença militarizada do Estado na luta contra os grupos armados e narcotraficantes e para a proteção das indústrias extrativistas e, por outro, por uma população mobilizada que busca suprir as suas próprias necessidades sociais e econômicas (Revelo *et al.*, 2018). Desde o início dos anos 1980, com o esgotamento das reservas de petróleo e a ausência de políticas públicas e opções econômicas viáveis, o cultivo da folha de coca começou a ser uma opção econômica e de sobrevivência para a população local. O cultivo da planta logo atraiu a guerrilha das FARC-EP na intenção de regular e cobrar impostos sobre essa atividade. As plantações concentraram-se principalmente na região do Baixo *Putumayo*, onde estão os municípios de *Puerto Asís*, *Puerto Caicedo*, *Orito*, *Valle del Guamuez*, *San Miguel* e *Puerto Leguízamo* (Astroz; Díaz; Díaz, 2017).

A expansão da economia cocaleira no departamento e a possibilidade de novas explorações petrolíferas atraiu a atenção do Estado e de grupos paramilitares no final da década de 1990 (Ramirez, 2012). O *Bloque Sur* da AUC instalou-se em *Putumayo* em 1997 com o objetivo de expulsar os guerrilheiros e obter o controle dos corpos-territórios. Dois anos depois, o grupo anunciou “sua intenção de ficar na região e de conquistá-la com o uso espetacular da violência pública” (Tate, 2015, p. 157, tradução própria). O *Bloque Sur* e as FARC-EP travaram uma disputa pelo controle do tráfico de drogas na região até 2006, na qual se somaram as forças militares do Estado para a retirada de diferentes estruturas da guerrilha (Astroz; Díaz; Díaz, 2017).

De forma similar à *Putumayo*, em *Nariño* a dinâmica econômica e política local se desenvolveu à margem do governo central. Ao longo do século XX, o governo colombiano delegou o poder administrativo às elites da região, formadas por famílias de origem europeia e que buscaram proteção em grupos armados privados. A economia do pacífico nariñense,

sustentada na prática de contrabando de minérios e vegetação, ganhou maior dinamismo no final dos anos 1990. Houve um aumento das trocas entre o litoral e a área andina devido ao uso de novas rotas criadas pela ilegalidade, principalmente a atividade do tráfico de coca e cocaína. Esse novo cenário também atraiu os grupos paramilitares e as forças de segurança do Estado, aumentando os níveis de violência no departamento na virada do século (Cuadros, 2015).

Para Cuadros (2015, p. 52, tradução própria), a violência armada em *Nariño* é característica do contexto do final dos anos 1990, em que há “uma guerrilha cada vez menos política e mais militar e narcotraficante, um paramilitarismo muito envolvido com o tráfico de drogas e as forças armadas que se fortaleciam pouco a pouco com as grandes somas de dinheiro investidas pelos Estados Unidos para o Plano Colômbia”. A ofensiva militar em *Putumayo* empurraria, inclusive, o cultivo e o tráfico de folha de coca para o pacífico nariñense.

Com o Plano Colômbia e o objetivo de consolidar o controle estatal, o governo colombiano deu início à militarização desses territórios que por décadas ficaram à margem das políticas públicas. No segundo semestre de 2000 o governo criou a Brigada Contra o Narcotráfico que, com o apoio e orientações do Comando Sul dos Estados Unidos, “introduziu o conceito de operações conjuntas entre o Exército, a Armada e a Força Aérea” (Ramirez, 2012, p. 56, tradução própria). Como apresentado em um informe do Centro Nacional de Memória Histórica (CNMH), a campanha “*Empuje hacia el Sur de Colombia*” contra o narcotráfico tinha como objetivos principais destruir os cultivos de folha de coca e recuperar o controle do território das mãos da guerrilha. No departamento de *Putumayo*, a presença do exército passou de 18 para 31 brigadas no primeiro ano de execução do Plano Colômbia (Ramirez, 2012).

As duas principais estratégias de operacionalização do Plano foram: a militarização do território e a fumigação indiscriminada dos cultivos ilícitos (Ramirez, 2012; Revelo *et al.*, 2018). No entanto, para garantir o domínio dos corpos-territórios, também ocorreram práticas de terror e violência. Todos os grupos armados no país (estatais e não-estatais) perpetravam ações violentas com o objetivo de gerar medo na população e garantir a expulsão dos grupos inimigos dos territórios. Segundo Ramirez (2012, p. 61, tradução própria), coordenadora do informe do CNMH, a política antidrogas “implicou que a violência gerada pela disputa entre paramilitares e guerrilha se somasse à chegada da ofensiva estatal contra insurgente,

acompanhada das fumigações aéreas, mas, sobretudo, da ampliação tanto da cobertura da Polícia como do Exército.”.

A ideia do presidente Pastrana de “paz negociada” com as guerrilhas, quando das negociações para elaboração do Plano Colômbia, seria abandonada nos primeiros anos do século XXI¹³. Os oficiais colombianos e o presidente aproveitaram o contexto de “guerra ao terror” para aumentar a assistência militar e financeira estrangeira (Dunning; Wipsa, 2004). A mudança de discurso sobre o vínculo das FARC-EP com o terrorismo, por parte do presidente Pastrana, visava “inserir a Colômbia dentro do novo mapa de prioridades de Washington” (Tickner, 2007, p. 102, tradução própria).

Como resultado, foram instaladas bases militares dos Estados Unidos no país e criados batalhões antinarcóticos em áreas de selva para a erradicação da folha de coca e a proteção dos oleodutos das grandes multinacionais petroleiras. Os recursos destinados para esse fim foram canalizados por meio do Programa de Proteção de Infraestrutura Econômica, acordado no início de 2001 entre os governos dos Estados Unidos e da Colômbia (CENTRO DE ESTUDIOS SOCIALES Y OPINIÓN PÚBLICA, 2007). A condução da política de segurança de “guerra às drogas” estava vinculada à adoção de políticas econômicas direcionadas à consolidação das instituições sob um modelo neoliberal.

A administração seguinte, do presidente Álvaro Uribe (2002-2006), reforçou as políticas de repressão doméstica e deu fim à proposta de uma paz negociada com os guerrilheiros (Villa; Ostos, 2005). Alinhando-se aos Estados Unidos, o governo colombiano também adotou o termo terrorista para referir-se aos grupos guerrilheiros e aos narcotraficantes (Villa; Viana, 2010). Nesse ínterim, novas políticas foram desenhadas, como a *Política de Defensa y Seguridad Democrática* e o Plano Patriota, que, de maneira geral, mantinham o diagnóstico sobre a debilidade do Estado colombiano e o fato de que o país representava um problema para a segurança hemisférica. O governo de Uribe justificava, portanto, a necessidade de manter a relação do país com os Estados Unidos, visto como um aliado indispensável para enfrentar o problema das drogas e do terrorismo (Tickner, 2007).

Nesse contexto, o presidente retirou todas as restrições com relação à fumigação área de cultivos ilícitos, o que afetou particularmente a vida de indígenas e afrodescendentes (principalmente na região do caribe nariñense). Em 2011, a *Defensoría del Pueblo da Colômbia e o Programa Integral contra Violencias de Género* (MDG-F) produziram um

¹³ Dois principais acontecimentos teriam contribuído para isso: o início da “guerra global ao terror” e a eleição de Álvaro Uribe Vélez para a presidência da Colômbia.

informe temático sobre violência sexual contra as mulheres no departamento de *Nariño*. Segundo o documento, as políticas antidrogas baseadas na fumigação aérea e na expropriação do território geraram uma situação de escassez de alimentos e danos à saúde sexual e reprodutiva, assim como ao direito à uma maternidade segura (Gómez Osorio, 2011).

A fumigação dos cultivos e a militarização do território também forçaram a retirada de centenas de famílias camponesas e comunidade indígenas de terras que seriam exploradas pelo capital estrangeiro. Os indivíduos que não pudessem ser assimilados ao projeto de modernização do Estado (por exemplo, trabalhadores explorados pelas empresas transnacionais) deveriam ser aniquilados (seja física ou simbolicamente, considerando a sua expulsão das terras originárias). Apenas em *Putumayo*, no ano de 2002, mais de 10 mil pessoas foram deslocadas devido às fumigações aéreas de pesticidas (Revelo *et al.*, 2018).

A partir de 2003 o governo central iniciou um conjunto de reformas institucionais para aumentar os contratos de exploração de petróleo. Junto com as novas condições de segurança promovidas pelo Plano Colômbia, essas reformas impulsionaram o surgimento de novos campos petrolíferos em *Putumayo*. Destaca-se o estabelecimento do Decreto 1760, em 26 de junho de 2003, que garantiu a divisão e a modificação da estrutura da Empresa Colombiana de Petróleo (ECOPETROL) e a criação da Agência Nacional de Hidrocarburos (ANH). Com esse Decreto, o governo tornou possível os contratos de concessão entre a ANH e empresas petroleiras privadas com capital estrangeiro (CNMH, 2015).

Para a população de *Putumayo*, “a presença estatal, por meio da força pública, obedece principalmente às exigências de segurança e ordem pública, que demandam a indústria petroleira” (CNMH, 2015, p. 149, tradução própria). Muitas mulheres cocaleiras da região denunciavam que havia uma vinculação entre a política de “guerra às drogas” e os interesses das petrolíferas, o que, ademais, significava “um ataque contra as populações locais e a sociedade civil” (Revelo *et al.*, 2018, p. 81, tradução própria):

[...] se a coca aqui no departamento de *Putumayo* não é nova, leva muitos anos desde os anos 1970 e alguma coisa [...] eram muitos os cultivos de coca (...) qualquer pessoa cega podia ver que eram cultivos de coca. Então, por que desde essa época o governo não se interessou em fazer algo para que não se tornasse a economia de base estrutural para a população de *Putumayo*? Isso se começa a ver um pouco, quando há interesses de ordem nacional e internacional na exploração de petróleo e mineração. É aí que eles começam a ver as plantações de coca e a economia da coca como um problema (*Mujer del Bajo Putumayo*, Puerto Caicedo, *apud* Astroz; Díaz; Díaz, 2017, p. 49, tradução própria).

As ações de erradicação forçada e o uso do poder militar e paramilitar permitiram o ressurgimento da atividade petroleira, modificando a organização demográfica e

socioeconômica da região e aumentando os níveis de violência (CNMH, 2015; Revelo *et al.*, 2018). Os paramilitares funcionavam como agentes da violência terceirizados pelo Estado e pelas companhias multinacionais extrativistas para a guerra contra as drogas e a guerra contra a insurgência. Como argumenta Tate (2015, p. 133, tradução própria): “Enquanto os membros do exército estavam em seus quartéis ou ocupavam pequenos povoados uma vez que esses haviam sido ‘pacificados’, os paramilitares estavam em combate levando adiante a guerra contra insurgente, principalmente dirigida contra os civis.”

A dinâmica de conflitos e as disputas entre os grupos armados (estatais e não-estatais) no marco das ações do Plano Colômbia (re)produziram um ambiente de violência generificada, em que os corpos das mulheres serviram de palco para as disputas e como demarcador de controle territorial. Os grupos armados estabeleciam um conjunto de normas comportamentais (papeis a serem seguidos e vestimentas consideradas adequadas) a ser adotado por homens e mulheres, que tinha como objetivo manter uma ordem social hierárquica e garantir o controle e o domínio sobre os territórios conquistados. Tanto os paramilitares, quanto as FARC-EP, impunham um determinado modelo de feminilidade, baseado no exercício disciplinado da sexualidade feminina. As mulheres deveriam seguir padrões tradicionais e estereótipos de gênero e exercer uma sexualidade passiva (Quintero Benavides *et al.*, 2009).

Como relatado em informes do CNMH, as punições e castigos também eram aplicados sobre os homens que não respeitavam as normas impostas - como em casos de adultério, uso de drogas, prostituição e/ou orientação sexual distinta do padrão heteronormativo (Ramirez, 2012; Sánchez, 2011). No entanto, enquanto as punições contra eles eram reconhecidas pelos paramilitares como parte da política de organização, “[o]s repertórios de violência empregados contra as mulheres são minimizados, justificados e inclusive naturalizados pelos paramilitares.” (Ramirez, 2012, p. 264, tradução própria). Nesse sentido, compreende-se que as práticas perpetradas contra as mulheres muitas vezes estão inscritas em uma situação de contínua violência, que é historicamente naturalizada e legitimada dentro de uma sociedade patriarcal e colonial.

Os corpos das mulheres latino-americanas, indígenas, afrodescendentes e cocaleiras são caracterizados como inferiores. As normas impostas e as práticas de violência contra elas são atravessadas por preconceitos étnicos, raciais e culturais. Na região de *El Placer*, uma das sete fiscalizações policiais que compõem o município de *Valle del Guamuez (Putumayo)*, há

relatos de castigos e violações perpetrados por paramilitares contra mulheres que praticavam bruxaria e xamanismo. Essas práticas, que eram comuns na região para curar doenças e proteger o corpo, eram desconhecidas e punidas por parte do paramilitares vindos de outros locais (Ramirez, 2012).

As mulheres afro-colombianas em *Nariño*, particularmente na costa do Pacífico, também tiveram seus corpos atravessados por preconceitos de gênero e raça. Nos municípios de *Tumaco* e *Buenaventura*, regiões portuárias utilizadas para o escoamento da folha de coca e da cocaína colombiana, as mulheres afrodescendentes relataram três situações nas quais são vítimas de violência sexual:

[...] em primeiro lugar, por parte dos atores armados que habitam seus territórios, ou seja, nos espaços de militarização. Em segundo lugar, quando estão em condição de deslocamento [...]; e, finalmente, as adolescentes e mulheres jovens são vítimas de redes de tráfico de pessoas com objetivo de exploração sexual (CNMH, 2017, p. 297, tradução própria).

Nos locais de produção e processamento da coca é comum a instalação de redes de prostituição e de recrutamento forçado de pessoas para o trabalho nos cultivos ilegais. Em um contexto de ausência de direitos sobre a posse da terra, as mulheres nariñenses enfrentam dificuldades de acesso a créditos e bens para melhorar as condições de vida, o que as colocam em uma situação de vulnerabilidade econômica e social, particularmente as indígenas e afrodescendentes (Gómez Osorio, 2011). Além da violência contra os seus corpos, essas mulheres, uma vez que recorrem às atividades de cultivo da folha de coca e/ou de produção da cocaína para sobreviverem ou como imposição dos atores armados, também acabam sendo alvos das políticas estatais de combate às drogas.

A marginalização e a criminalização da população rural e camponesa foram estratégias empregadas tanto pelos paramilitares quanto pelos agentes estatais para justificar os ataques e a arbitrariedade cometidos no âmbito da política de “guerra às drogas” e da contra insurgência. A população que habita os locais de conflito é estigmatizada como narcotraficante, o que permite que a Força Pública a considere como inimiga do Estado. As mulheres, principalmente as cocaleiras, enfrentam formas adicionais de estigmatização e vulnerabilidade, pois, além de estarem vinculadas a uma economia ilegal, vivenciam outros tipos de opressão por serem mulheres, camponesas, pobres e vítimas do conflito armado.

De acordo com a investigação e os relatos coletados no encontro de mulheres do sul da Colômbia, em 2017, pôde-se constatar que “[o] Plano Colômbia, apresentado com grande êxito para alguns, foi para essas mulheres e famílias uma tragédia que aprofundou a

marginalização do mundo rural andino-amazônico.” (Revelo *et al.*, 2018, p. 85, tradução própria). Durante o apogeu cocaleiro dos anos 1990, o cultivo da folha coca representava uma oportunidade para as mulheres terem acesso a direitos e bens básicos e terem autonomia em espaços tradicionalmente patriarcais. Com o Plano Colômbia, a presença da coca passou a significar a possibilidade de riscos e maior vulnerabilidade. A militarização dos territórios promovida pelo Estado e a presença de grupos armados vinculados ao narcotráfico criaram um ambiente de violência e temor.

O envolvimento com o cultivo de folha de coca ou simplesmente habitar áreas de plantação eram motivos que poderiam vincular essas mulheres aos grupos guerrilheiros. O fato de ser parceira, esposa, filha, mãe ou até vizinha de membros da guerrilha fazia da mulher alvo de paramilitares (Quintero Benavides *et al.*, 2009). Muitas eram acusadas de ter relações afetivas com guerrilheiros ou de fazer parte dos grupos. Elas eram obrigadas a se deslocar para outras regiões e/ou eram vítimas de violência sexual e assassinato.

A estigmatização de corpos e territórios faz com que “a violência sexual exercida sobre as mulheres-territórios-inimigos se encarrega de enunciar de maneira específica a dominação e força do grupo armado, através da conquista, da submissão e do constrangimento dos corpos” (CNMH 2017, p. 79, tradução própria). Em *El Placer* muitas das disputas entre guerrilheiros e grupos paramilitares eram travadas sobre o controle dos corpos femininos/feminizados. Segundo relatos da população local, os paramilitares utilizavam a violência sexual como castigo e forma de “limpeza” dos corpos das mulheres guerrilheiras ou que teriam se envolvido sexualmente com membros das FARC-EP. O corpo das guerrilheiras, que desafia a feminilidade pacífica esperada pelos paramilitares, era um território de continuação da batalha (Ramirez, 2012).

Os corpos e sujeitos nos quais se inscrevem a violência generificada decorrente, assim como possibilitadora, da “guerra às drogas” não devem, entretanto, ser considerados apenas como vítimas inertes do conflito. A situação de violência, amplificada com as políticas antidrogas do Plano Colômbia, gerou mobilizações por parte das mulheres no sudoeste do país. Em novembro de 2003, as mulheres realizaram uma marcha em *Putumayo* para denunciar as ações de fumigação de glifosato promovidas no âmbito do Plano Colômbia, que afetavam a produção de alimentos e contribuía para a deterioração social e familiar. De acordo com a coordenadora da *Ruta Pacífica* em *Putumayo*, a decisão de realizar a manifestação ocorreu por causa da intensificação das ações paramilitares, o aumento da fumigação e dos

deslocamentos forçados. Diante da situação de violência, as mulheres da região transformaram o medo e a tristeza em ação (Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento, 2004; Ramirez, 2012).

Ao final do período previsto de execução do Plano Colômbia, o governo Uribe formulou um documento denominado de Estratégia de Fortalecimento da Democracia e o Desenvolvimento Social 2007-2013 (EFDDS), o qual apresentava os resultados do Plano e uma proposta de continuação dessa política. Tanto o documento da EFDDS como outros relatórios dos governos colombiano e estadunidense apresentaram uma avaliação positiva, principalmente no que se refere ao âmbito da segurança (controle territorial, combate da guerrilha e desmantelamento do paramilitarismo) (Colombia, 2007; Rojas, 2007; 2013).

No entanto, vários indicadores refletem outra possível avaliação. Um deles está vinculado ao aumento do encarceramento de parcela da população¹⁴. A desproporcionalidade das penas e a criminalização da atividade cocaleira afetaram diretamente as mulheres cultivadoras de folha de coca que têm essa planta como uma fonte de subsistência financeira e de autonomia (Revelo *et al.*, 2018). A maioria das colombianas presas por delitos de drogas possui um perfil específico: são mulheres pobres, chefes de família, sem oportunidades para ingressar no mercado de trabalho formal e que são responsáveis pelo cuidado (afetivo e econômico) de filhos e demais familiares. Além disso, muitas das que são presas ocupavam posições de alto risco e baixa remuneração nas redes de oferta de droga, como as “mulas” (Yepes *et al.*, 2016).

Outros resultados do Plano Colômbia ilustram o que, a priori, poderia ser considerado como um fracasso da política de “guerra às drogas”. Mesmo com todo esforço ofensivo desde o início do Plano, os resultados referentes ao controle das drogas foram aquém do esperado. Houve “uma redução da produção de cocaína em 36%, [...] sendo que a meta original do plano era de 50%” (Santos, 2006, p. 76). Com relação ao cultivo da folha de coca, apesar da redução das áreas cultivadas entre 2001 e 2005, houve uma alta taxa de replantio e a ocorrência do fenômeno do “efeito balão”, com a expansão do cultivo para países vizinhos e outras regiões do país, como parques e reservas naturais (Santos, 2006).

¹⁴ O número de pessoas presas na Colômbia tem aumentado desde 2001: “a taxa de encarceramento passou de 128 pessoas privadas de liberdade por 100.000 habitantes, no ano 2000, para 235 [pessoas por 100.000 hab.] em 2016” (Prison Insider, 2017, tradução própria). Com relação à população carcerária feminina, quase 5 em cada 10 mulheres estão presas por delitos relacionados às drogas, totalizando 46% das encarceradas (Yepes *et al.*, 2016).

Além disso, os resultados não se sustentaram ao longo do tempo. A repressão e a militarização em *Putumayo* nos primeiros anos do Plano Colômbia promoveram o deslocamento dos atores armados para *Nariño*. O departamento tornou-se um dos epicentros do cultivo e do tráfico de drogas. A área cultivada de folha de coca alcançou 180.000 hectares em 2005, representando 20% do cultivo do país (em comparação com os 5% de 2001). Os cultivos concentram-se principalmente na sub-região do pacífico e são controlados por guerrilheiros e paramilitares que escoam a droga pelos portos colombianos. A política de fumigação do governo central nesses locais, longe de combater o tráfico, tem afetado os cultivos lícitos que são o sustento de homens e mulheres afrodescendentes (Gómez Osorio, 2011).

Mesmo em *Putumayo*, os cultivos de folha de coca voltaram a crescer em 2011 (Ramirez, 2012). Nesse sentido, Paley (2015) assinala que, se considerarmos a abertura econômica, ao invés do combate às drogas, como o verdadeiro objetivo do Plano Colômbia é possível afirmar que houve sucesso. As ações e negociações abriram espaço para a assinatura de um acordo de livre-comércio entre os governos estadunidense e colombiano, que entrou em vigência em maio de 2012. Houve, também, um aumento substancial do investimento direto estrangeiro na Colômbia, especialmente nos setores de mineração – aumento de “US\$ 47 milhões em 1994 para mais de US\$ 2 bilhões em 2012” - e de extração de petróleo – “passando de menos de um décimo em meados da década de 90 para mais de um terço em 2012, quando atingiu US\$ 5,389 bilhões” (Paley, 2015, p. 115, tradução própria).

Com o fim do Plano Colômbia, o país vivenciou um impulso econômico proporcionado tanto pelas “reformas legais e financeiras instituídas como parte do programa ‘antinarcoóticos’”, quanto pela “ordem social repressiva e a militarização impostas durante (e depois) da iniciativa” (Paley, 2015, p. 117, tradução própria). A militarização do território colombiano, apoiada e financiada pelo governo e setores do Estados Unidos, atendeu aos interesses econômicos desses atores. Porém, ao custo do aumento da violência contra a população.

Ao garantir a exploração dos recursos minerais pelas grandes companhias transnacionais, as ações do Plano Colômbia promoveram a sistematização da violência generificada contra os corpos-territórios das mulheres. A violência e o terror impulsionaram o deslocamento de mulheres e crianças. Em 2008, mulheres, meninas e adolescentes representavam 52% da população deslocada no país, sendo que “17% de 2100 mulheres

entrevistadas [...] admitiram situações de deslocamento forçado como consequência de agressões e violência sexual” (Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento 2009, 5, tradução nossa). Em *Nariño*, do total de pessoas deslocadas em 2009, 52,8% eram mulheres (Gómez Osorio, 2011).

O deslocamento não significa, entretanto, o fim da violência, uma vez que gera uma dupla eliminação da identidade do indivíduo: “por um lado deixam de existir em suas terras e por outro são cidadãos não desejados nos espaços urbanos aonde chegam” (Sánchez, 2007, 131, tradução nossa). Homens e mulheres deslocados têm dificuldade de conseguir emprego nesses novos locais e acabam ingressando no mercado laboral informal e ilegal. O status de deslocada também torna as mulheres vulneráveis à violência sexual e à prostituição forçada, realidade encontrada por muitas daquelas que chegaram no centro urbano de *Pasto* fugindo da violência e do conflito armado nas áreas rurais de *Nariño* no início dos anos 2000 (Gómez Osorio, 2011).

Considerações Finais

O Plano Colômbia deve ser analisado como um instrumento de garantia do sistema capitalista ao invés de meramente uma política preocupada com o problema das drogas. Desse modo, é possível compreender os motivos para a adoção dos diversos mecanismos e das políticas que o compõem, bem como os resultados alcançados. Os altos índices de encarceramento e o perfil das mulheres presas na Colômbia demonstram, por exemplo, como o pacote de estratégias antidrogas – composto por legislações, o investimento na reestruturação prisional e as operações de erradicação de cultivos e de extradição de indivíduos – garantiu a pacificação e a marginalização de parcela população.

A contínua desvalorização de alguns corpos, a criminalização de determinadas atividades e a interiorização de políticas econômicas são estratégias que atendem interesses econômicos transnacionais. A expansão e ressignificação do capitalismo dependem da assimilação de projetos e modos de vida ao pensamento moderno-colonial, o que ocorre por meio da violência e da implementação de medidas de controle social. O capitalismo, particularmente em seu modelo neoliberal, necessita não só da expropriação de terras, mas da apropriação e pacificação de corpos e subjetividades.

A condução do Plano Colômbia nos departamentos de *Putumayo* e *Nariño* intensificou o cenário de violência e conflito armado, trazendo medo e insegurança para muitas mulheres

cocaleiras que tinham no cultivo da folha de coca uma atividade econômica e de sobrevivência. Nesse contexto de militarização e acirramento de disputas pelos corpos-territórios, foram perpetradas práticas de violência generificadas, que visaram impor uma determinada ordem social, liderada pelos grupos armados, bem como garantiram a “limpeza” dos territórios por meio do deslocamento forçado. Conforme observado, esses territórios entrariam no circuito da economia política global, na medida em que se intensificaria o investimento estrangeiro nas atividades de mineração e extração petroléira.

Assim, a partir do estudo das dinâmicas presentes nos departamentos colombianos, foi possível concluir que as práticas de violência generificadas, perpetradas durante os anos de execução do Plano Colômbia, podem ser lidas como instrumentos para a manutenção de uma governança (neo)liberal-colonial-patriarcal. Tais práticas se somam a um conjunto de tecnologias e dispositivos de segurança que é implementado sempre que aquela governança precisa ser ressignificada.

Referências bibliográficas

ASTROZ, Irina C., DÍAZ, Gélica M. y DÍAZ, Aura María D. **Mujeres y la economía cocalera en el Putumayo**: roles, prácticas y riesgos. Bogotá: *Fundación Ideas para la Paz - Informes*, 28, 2017. ISBN: 978-958-59924-0-5

CENTRO DE ESTUDIOS SOCIALES Y OPINIÓN PÚBLICA. **Plan Colombia**: “Plan para la paz, la prosperidad y el fortalecimiento del Estado” (Compilación). Carpeta Informativa, junio de 2007.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colombia). **La guerra inscrita en el cuerpo**. Informe nacional de violencia sexual en el conflicto armado. Bogotá: CNMH, 2017. Disponível em: <http://www.centrodememor>

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colombia). **Petróleo, coca, despojo territorial y organización social en Putumayo**. Bogotá: CNMH, 2015. Disponível em: <https://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2016/petroleo/petroleo-coca-despojo-territorial.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021

COLOMBIA. **Ley 30 de 1986**. Por lo cual se adopta el Estatuto Nacional de Estupefacientes y se dictan otras disposiciones. Congreso de Colombia, 31 enero 1986. Disponível em: <https://www.minsalud.gov.co/sites/rid/Lists/BibliotecaDigital/RIDE/DE/DIJ/LEY-0030-DE-1986.pdf>. Acesso em: 27 abril 2020.

COLOMBIA. **Estrategia de Fortalecimiento de La Democracia y el Desarrollo Social (2007-2013)**. Departamento Nacional de Planeación (DNP) - Dirección de Justicia y Seguridad (DJS), febrero de 2007. Disponível em: https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Justicia%20Seguridad%20y%20Gobierno/estrategia_version_espanol.pdf. Acesso em: 27 abril 2020.

COLOMBIA. **PROYECTO: PROGRAMA DE MEJORMIENTO DEL SISTEMA PENITENCIARIO COLOMBIANO.** Apéndice 11 al Anexo al Acuerdo General Sobre Asistencia Económica, Técnica Y Otras Asistencias Relacionadas Entre El Gobierno De Los Estados Unidos Y El Gobierno De La República De Colombia. Bogotá: 9 de julio de 2001. Disponível em:

<https://doczz.net/doc/7721532/programa-de-mejoramiento-del-sistema-penitenciario-colomb>.

Acesso em: 17 ago. 2021.

CONSULTORÍA PARA LOS DERECHOS HUMANOS Y EL DESPLAZAMIENTO. **Las mujeres en la guerra:** De la desigualdad a la autonomía política. Boletín de la Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento. No. 48. Bogotá, 24 de abril de 2004. Disponível em: https://issuu.com/codhes/docs/boletin_48_mujeres_y_guerra. Acesso em: 29 jun. 2020.

CONSULTORÍA PARA LOS DERECHOS HUMANOS Y EL DESPLAZAMIENTO. **Víctimas emergentes:** Desplazamiento, derechos humanos y conflicto armado em 2008. Boletín de la Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento, No. 75. Bogotá, 22 de abril de 2009. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/colombia/colombia-v%C3%ADctimas-emergentes-desplazamiento-derechos-humanos-y-conflicto-armado-en>. Acesso em: 23 jun. 2020.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy T. **Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos.** *Solar*, v. 12, n. 1, p. 46, 2016. DOI: 10.20939/solar.2016.12.0103

CUADROS, José D. R. **Génesis, actores y dinámicas de la violencia política en el Pacífico nariñense.** Colección Territorio, Poder y Conflicto. Bogotá: Odecofi-Cinep. Primera edición. Marzo, 2015. ISBN: 978-958-644-183-4

CURIEL, Ochy. **De las identidades a la imbricación de las opresiones.** In: FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula (org.). *Encrespando* - Anais do I Seminário Internacional: Refletindo a Década Internacional dos Afrodescendentes (ONU, 2015-2024). Brasília: Brado Negro, p. 75-89, 2016. Disponível em: <https://bradonegro.com/Encrespando.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2021.

DUNNING, Thad; WIRPSA, Leslie. **Oil and the political economy of conflict in Colombia and beyond:** a linkages approach. *Geopolitics*, v. 9, n. 1, p. 81-108, 2004. DOI: 10.1080/14650040412331307842

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo.** São Paulo: Editora Elefante, 2020. 256p. ISBN: 9788593115653

GÓMEZ OSORIO, Dorian J.. **Violencia sexual contra las mujeres en Nariño y la situación de derechos de las mujeres víctimas em Pasto.** Informe Temático, Colômbia: Defensoría del Pueblo, 2011. Disponível em: <https://www.refworld.org/es/pdfid/5bb52c304.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

MEGER, Sara. Rape Loot Pillage. **The Political Economy of Sexual Violence in Armed Conflict.** New York: Oxford University Press, 2016. ISBN: 9780190277666

NEOCLEOUS, Mark. **‘A Brighter and Nicer New Life’:** Security as Pacification. *Social & Legal Studies*, v. 20, n. 2, p. 191–208, 2011.

- NEOCLEOUS, Mark. **War Power, Police Power**. Edinburgh University Press, 2014.
- PALEY, Dawn. **Drug War as Neoliberal Trojan Horse**. *Latin American Perspectives*, v. 42, n. 5, p. 109-132, 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24574871>. Acesso em: 20 março 2020.
- PALEY, Dawn. **Drug war capitalism**. AK Press, 2014.
- PALEY, Dawn M. **Guerra Neoliberal**. Desaparición y búsqueda en el norte de México. México: Libertad bajo palabra, 1ª ed., 2020.
- PRISON INSIDER. **Introducción**. Colombia, año 2017. Disponível em: <https://www.prison-insider.com/fichapais/prisionesdecolombia#introduction-5d00f804351ce>. Acesso em: 29 abril 2020.
- QUINTERO BENAVIDES, Alexandra; CELY GÓMEZ, Laura; IDROBO ARAGÓN, Natalia; RAMÍREZ CARDONA, Claudia; CHAPARRO MORENO, Liliana. **Mujeres en Conflicto: Violencia Sexual y Paramilitarismo**. Bogotá: Corporación Sisma Mujer, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/54060>. Acesso em: 9 abril 2020.
- RAMIREZ, Maria Clemencia (Coord.). **El Placer: Mujeres, Coca Y Guerra en el Bajo Putumayo**. Informe del Centro de Memoria Histórica, 2012. Disponível em: <http://centrodememoriahistorica.gov.co/el-placer-mujeres-coca-y-guerra-en-el-bajo-Putumayo/>. Acesso em: 21 abril 2020.
- RESTREPO, Andrés L. **Conflicto interno y narcotráfico entre 1970 y 2005**. In: DUNCAN, Gustato et al. (Eds). *Narcotráfico en Colombia: Economía y Violencia*. Bogotá, D.C: Fundación Seguridad y Democracia, 2005, p. 183-226. ISBN: 958-33-8291-4
- REVELO, Ana J. B.; NIÑO, Blanca C.; OLIVEIRA, Luis F. C.; OSORIO, Margarita M.; ARANA, Isabel P.; BOLÍVAR, Lucía R. **Voces Desde el Cocal**. Mujeres que construyen territorio. Bogotá, D.C., Colombia, junio 2018. ISBN 978-958-5441-39-2
- RICHANI, Nazih. **Multinational corporations, rentier capitalism, and the war system in Colombia**. *Latin American Politics and Society*, v. 47, n. 3, p. 113-144, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4490420>. Acesso em: 20 março 2020.
- ROJAS, Diana M. **Much More than a War on Drugs: elementos para un balance del Plan Colombia**. *Análisis Político*, v. 26, n. 77, p. 113-132, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-47052013000100005&script=sci_abstract&tlng=en. Acesso em: 30 ago. 2021.
- ROJAS, Diana M. **Plan Colombia II: ¿más de lo mismo?** *Colombia internacional*, n. 65, p. 14-37, 2007. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/abs/10.7440/colombiaint65.2007.01>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- SALDANHA, Ana Maria. **A luta pela terra na colômbia: questão central para a compreensão do conflito armado**. *Acta académica: XXX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/38387747/A_luta_pela_terra_na_col%C3%B4mbia_quest%C3%A3o_central_para_a_compreens%C3%A3o_do_conflito_armado. Acesso em: 10 abril 2020.

SÁNCHEZ, Gonzalo (Coord.). **Mujeres y Guerra: víctimas y resistentes en el Caribe colombiano**. Bogotá: Centro Nacional de Memoria Histórica, noviembre de 2011. ISBN: 978-958-758-344-1

SÁNCHEZ, Margarita M. **Voces desplazadas: testimonios de mujeres víctimas de la violencia en Colombia**. Letras Femeninas, v. 33, n. esp., p. 119-152, 2007.

SANTOS, Marcelo. **O Plano Colômbia e o primeiro mandato de Álvaro Uribe (2002-2006)**. *Cena Internacional*, v. 8, n. 2, p. 63-83, 2006. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CENAInternacional/2006/vol8/no2/3.pdf>. Acesso em: 29 abril 2020.

SCOTT, Peter D. **Drugs, oil, and war: the United States in Afghanistan, Colombia, and Indochina**. Lanham - Boulder - New York - Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, INC., 2003. ISBN 0-7425-2521-X

SHEPHERD, Laura J. **Gender, Violence and Security: Discourse as Practice**. London & New York: Zed Books, 2008. ISBN 978 1 84277 928 6

TATE, Winifred. **Drugs, thugs, and diplomats: US policymaking in Colombia**. Stanford University Press, 2015.

TICKNER, Arlene B. **Intervención por invitación: Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales**. *Colombia internacional*, n. 65, p. 90-111, 2007. ISSN 0121-5612

TICKNER, Arlene B. **Tensiones y consecuencias indeseables de la política exterior estadounidense en Colombia**. *Colombia internacional*, n. 49-50, p. 40-61, 2000. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/pdf/10.7440/colombiaint49-50.2000.02>. Acesso em: 20 março 2020.

VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria Del Pilar. **As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 2, p. 86-110, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292005000200005&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 17 abril 2020.

VILLA, Rafael Duarte; VIANA, Manuela Trindade. **Os anos Uribe na Colômbia: Segurança interna e aliança estratégica com EUA na construção do Estado-nação**. *Carta Internacional*, v. 5, n. 2, p. 56-73, 2010. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/549>. Acesso em: 20 abril 2020.

YEPES, Rodrigo U.; OSORIO, Margarita M.; OLIVERA, Luis Felipe C.; HERNÁNDEZ, Sergio C.; GONZÁLEZ, Nina C. **Mujeres, Políticas de Drogas y Encarcelamiento: una guía para la reforma de políticas en Colombia**. Dejusticia. Bogotá, D.C., Colombia, 2016. ISBN 978-958-59496-2-1